

Goldman critica a antecipação da movimentação bancária de acusados

A determinação do presidente Itamar Franco de pôr todo o Governo a serviço dos trabalhos da CPI do Orçamento não está evitando atritos entre os parlamentares e áreas do Executivo. Integrantes da CPI criticam pelo menos três ministérios, além de outros órgãos, como a Caixa Econômica Federal. Os ministros reagem. Ontem, o ministro dos Transportes, Alberto Goldman, criticou a comissão, por estar se precipitando ao passar informações incompletas à imprensa sobre a movimentação bancária dos parlamentares acusados. E, em fax enviado ao presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho, condicionou o envio de dados do seu ministério a pedidos formais da comissão.

Goldman, ao criticar a atuação da CPI, não é uma voz isolada no Governo. O ministro da Marinha, Ivan Serpa, em Porto Alegre, advertiu que "é preciso ter cuidado, neste momento, no Brasil, com a inquisição que se instalou em relação aos atos do Governo e do Parlamento". Ele observou que é necessária a apuração de todas as denúncias, mas criticou o fato de qualquer transação envolvendo empreiteiras ser, a priori, considerada irregular.

Por sua vez, o ministro da Previdência Social, Antônio Britto,

elogiou o trabalho da CPI, mas endossou as críticas a "algumas precipitações na emissão de julgamentos por parte de alguns integrantes da comissão." Brito disse não ter dúvidas que entre os acusados há também pessoas inocentes, que deverão ser tratadas com justiça no momento da reabilitação de sua honra.

Goldman, no fax que enviou a Passarinho, esclarece que só vai atender a pedidos de informações de parlamentares que lhe sejam encaminhados por ofício, "para evitar mal-entendidos, como os que aconteceram com o relator Roberto Magalhães". Segundo Goldman,

Magalhães pediu dados por telefone.

"O deputado Roberto Magalhães" — acrescentou o ministro dos Transportes — "veio a público dizer que eu estou sonhando informações, o que não condiz com a realidade. Ele desejava saber quais emendas que os deputados Sérgio Guerra e José Carlos Vasconcelos apresentaram para a execução de estradas em Pernambuco desde 1989. Eu só tinha as emendas apresentadas para o Orçamento de 1993 e lhe passei isso. As emendas relativas a outros exercícios eu não as possuía, mas o deputado poderá obtê-las no Prodescen, do Senado".